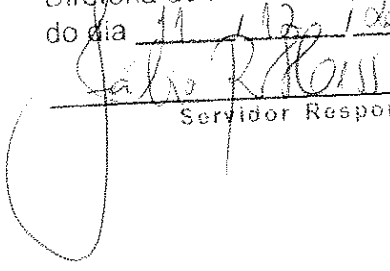


ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI – ESTADO DE SÃO PAULO,

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
Diretoria de Materiais

Certifico que recebi este expediente na
Diretoria de Materiais às 11 : 10 h
do dia 11 / 12 / 2017.


Servidor Responsável

Pregão Presencial nº. 129/2017

A **SÓQUIMICA LABORATÓRIOS LTDA.**, com sede na Avenida Dr. Jânio Quadros, nº 200, Distrito Industrial Ulisses Guimarães, CEP 15092-602, na cidade de São José do Rio Preto, inscrita no CNPJ sob o nº. 59.225.268/0001-74, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar suas **RAZÕES RECURSAIS** que seguem anexas, contra ato ocorrido no certame licitatório mencionado em epígrafe que desclassificou esta recorrente, desrespeitando-se a regra material e processual nos termos da Lei nº 10.520/02, e da Lei nº 8.666/93, bem como nas demais premissas de direito existentes no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente aquelas trazidas pela constituição federal (CF/88).

Requer-se ademais, seja o presente recurso recebido pela autoridade coatora, e encaminhada ao superior hierárquico no prazo e formas definidas pelo art. 109, §4º e seguintes da Lei nº 8.666/93, bem como nos preceitos do art. 4º, inciso XVIII e seguintes da lei 10.520/02.

Termos em que pede deferimento.

São José do Rio Preto (SP), 06 de dezembro de 2017.


SÓQUIMICA LABORATÓRIOS LTDA.

Hosana R. O. Menti
REPRESENTANTE COMERCIAL
CPF. 137.299.588-96
RG. 15.296.621

RAZÕES RECURSAIS

RECORRENTE: SÓQUÍMICA LABORATÓRIOS LTDA.

Ínclito julgador!

CABIMENTO DO RECURSO

A apresentação da minuta recursiva em apreço encontra respaldo na legislação licitatória e de regulamentação da administração pública afim, especialmente, porque, contra a decisão de desclassificação da recorrente, lhe são concedidos 03 (três) dias após a cessão licitatória para apresentação das razões nos termos do inciso XVIII do art. 4º da lei 10.520/02.

Porém, quanto ao termo inicial do prazo, diante do silêncio da lei 10.520/02, o comando normativo que o regula é o da lei 8.666/93 (lei geral aplicada de forma subsidiária à lei específica do pregão) que em seu art. 110, trata o seguinte:

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ou seja, o termo inicial do prazo para apresentação das razões pela recorrente é o da data do encerramento da sessão (05/12/2017). Entretanto, tendo em vista que se exclui da contagem o dia de início, o prazo iniciou-se em 06/12/2017, com dia de vencimento em 11/11/2017, tendo em vista o feriado do dia 08/12/2017, estando atendido este preceito pela recorrente.

DOS FATOS

A recorrente, participante do presente certame licitatório, ofertou proposta em relação a todos os itens da licitação, sendo que foram vencidos pela concorrente MUNDIMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA., que, porém, não atende ao descritivo do edital, conforme demonstraremos a seguir.

DAS CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS DOS CURATIVOS

Referente aos **itens 01 e 05** (CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO, **COMPOSTO FRIBRAS ABSORVENTES E ÍONS DE PRATA**, TRANSFORMANDO A PLACA EM **GEL COESO** PROTEGENDO OS BORDOS DA LESÃO, MEDINDO 15X15CM E 10X10CM RESPECTIVAMENTE).

5

EMPRESA	MARCA	REGISTRO	DESCRIPTIVO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO EDITAL
VENCEDOR MUNDIMED	BETAPLAST	80851430011	<p>O produto ofertado pela empresa possui Sulfadiazina de prata 1%, e não íons de prata e possui medidas em desacordo com o que está solicitando no anexo I.</p> <p>Link da anvisa:</p> <p>http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/REL/REL[42921-1-16047].PDF</p> <p>http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/REL/REL[42921-1-12313].PDF</p>
CLASSIFICADA CENELLAR	COLOPLAST	10430310120	<p>Biatain Alginato Ag é um curativo de alginato composto por 85% de alginato de cálcio e 15% de carboximetilcelulose (CMC) e um complexo de prata iônica.</p> <p>https://www.coloplast.com.br/biatain-alginate-ag-pt-br.aspx#section=product-description_3</p>
CLASSIFICADA MAXMEDICAL	CURATEC	80246910010	<p>composto por alginato de cálcio, carboximetilcelulose (CMC) e um complexo de prata iônica. As fibras de alginato e CMC quando em contato com o exsudato formam um gel hidrofílico</p> <p>http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/Tecnovigilancia/ResultadoGGTPS.asp</p>
HABILIDADA EMPORIO MÉDICO	SMITH & NEPHEW	80804050204	<p>Durafiber® Ag é um curativo antimicrobiano em não tecido absorvente, composto por uma mistura de fibras de celulose e etilsulfonato de celulose, nitrato de prata e cloreto de sódio.</p> <p>http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/REL/REL[45108-1-11047].PDF</p>

Na coluna “descritivo não atende ao solicitado no edital”, os compostos em negrito estão justificados abaixo:

“Formação de gel coeso e proteção dos bordos da lesão”.

A falta da absorção vertical ocasiona a drenagem lateral do exsudato na fibra que pode aumentar os riscos de prejuízos à borda, como a maceração. Ainda, podem devolver exsudato ao leito quando submetidas à compressão, seja pelo próprio peso do paciente, seja pela terapia compressiva ou de contenção em membros inferiores. Absorver verticalmente significa proteger as margens da ferida para uma cicatrização mais acelerada e sem riscos de formação de tecido inviável na borda, aumentando também a carga microbiana. As fibras em 100% carboximetilcelulose têm a capacidade de realizar absorção vertical e de proporcionar retenção (mesmo sob compressão 40mmHg). Produtos com diversidade de fibras (alginatos e etilsulfonato de celulose, por exemplo) E COM FIBRAS INSOLÚVEIS (fibras de celulose) não têm capacidade de realizar a retenção do exsudato **completamente**, bem como a retenção de seus compostos prejudiciais à cicatrização, como principalmente a carga microbiana e MMPs (comprovado cientificamente). Alginatos não formam gel coeso (criam gel fraco ao redor da fibra e distribuem-se ao longo da fibra, com absorção horizontal) e precisam ser recortados do tamanho da lesão para não trazer prejuízos às bordas e, assim, lateralizam o fluido, levando-o para a borda da lesão e gerando atraso no processo cicatricial. Etilsulfonato de celulose também lateraliza o fluido após contato superior a trinta minutos com a ferida exsudativa e aumenta o risco de maceração e não manutenção do meio ideal no microclima da lesão.

As coberturas têm que ter a capacidade de realizar conformabilidade no leito da ferida, preenchendo os microcontornos que são necessários para que não haja formação de espaços vazios ou espaços mortos, situação muito propícia para a proliferação bacteriana e estagnação ou piora da evolução da ferida (que já é colonizada). O **gel coeso** formado pela carboximetilcelulose cria o contato íntimo com o leito, eliminando espaços vazios em feridas cavitárias e superficiais também (que não estão isentas desta condição). **Fibras que não se gelificam não têm capacidade de se ajustar aos microcontornos e proporcionar contato íntimo, bem como as fibras que formam gel fraco ao redor das mesmas.**

“Íons de prata”.

Quanto à presença da prata iônica como antimicrobiano, a prata dispensada no leito da ferida pode interferir no processo cicatricial, retardando-o, uma vez que pode gerar toxicidade tópica e potencializar resposta inflamatória, bem como alterar a coloração do leito impedindo uma avaliação fidedigna dos tipos de tecidos presentes e também evidenciando a argiria (coloração acinzentada no leito, indicativo de dispensação de prata). Em especial, no uso em pediatria e

neonatologia, isso pode ser bastante prejudicial devido à espessura da pele e possibilidade de absorção do metal, criando riscos de detecção sérica do metal e toxicidade.

O Consenso de Uso Adequado da Prata recomenda atenção criteriosa na avaliação do uso de **produtos que dispensam prata**, salientando reavaliação depois de duas semanas para verificar se haverá manutenção do produto. O consenso ainda descreve quais os tipos de prata existentes e pontua que a prata metálica ou elementar precisa sofrer uma reação para se tornar iônica e só assim, então, ser antimicrobiana. Ainda, está clara a não recomendação de antibiótico tópico em feridas crônicas (como é o caso da união da **sulfadiazina** com a prata). O **nitrato de prata** também é dispensado no leito da lesão e **inclui uma série de precauções que podem ser consultadas**, inclusive, na bula do produto com esta composição.

Na união com a carboximetilcelulose, o íon de prata forma um complexo orgânico (carboximetilcelulose argênica) que, **juntamente com o gel coeso formado, impede a dispensação da prata no leito da ferida** e garante a biodisponibilidade. O íon de prata, então, desempenha sua função de antimicrobiano dentro (na composição) da cobertura, e não no leito da ferida, com dispensação. Este processo garante a segurança do tratamento e possibilita o uso pelo tempo necessário para o tratamento, eliminando riscos.

Referências

- 1- Newman GR, Walker M, Hobot JA, Bowler PG, 2006. Visualisation of bacterial sequestration and bacterial activity within hydrating Hydrofiber® wound dressings. *Biomaterials* 27(07): 1129-1139.
- 2- Walker M, Hobot JA, Newman GR, Bowler PG, 2003. Scanning electron microscopic examination of bacterial immobilization in a carboxymethyl cellulose (AQUACEL®) and alginate Dressing. *Biomaterials* 24:883-890.
- 3- Bowler PG, Jones SA, Davies BJ, Coyle E, 1999. Infection control properties of some wound dressings. *J.Wound Care* 8(10):499-502.
- 4- Walker M, Bowler PG, Cochrane CA, 2007. In vitro studies to show sequestration of matrix metalloproteinases by silver-containing wound care products. *Ostomy/Wound Management* 53(9): 18-25.
- 5- Walker M and Parsons D, 2010. Hydrofiber® Technology: its role in exudate management. *Wounds UK* 6: 31-38.
- 6- Jones SA, Bowler PG, Walker M, 2005. Antimicrobial activity of silver-containing dressings is influenced by dressing conformability with a wound surface. *WOUNDS*, 17: 263-270.
- 7- Bishop SM, Walker M, Rogers AA, Chen WYJ. Moisture balance: optimising the wound-dressing interface. *J Wound Care*. 2003;12:125-128.
- 8- Bowler P, Jones S, Towers V, Booth R, Parsons D, Walker M, 2010. Dressing conformability and silver-containing wound dressings. *Wounds UK* 6: 14-20.
- 9- Jones SA, Bowler PG, Walker M, Parsons D, 2004. Controlling wound bioburden with a novel silver-containing Hydrofiber® dressing. *Wound Rep. Regen*. 12:288- 294.
- 10- Bowler PG, Jones SA, Walker M, Parsons D, 2004. Microbicidal properties of a silver-containing Hydrofiber® dressing against a variety of burn wound pathogens. *J.Burn Care Rehabil.*, 25: 192-196.
- 11- European Wound Management Association (EWMA). Documento de Posicionamento. El dolor durante los cambios de apósito. Disponível em: http://www.woundsinternational.com/pdf/content_9934.pdf. Acesso em 20 de Junho de 2014.

- 12- Krejner A., Grzela T., (2015) Modulation of matrix metalloproteinases MMP-2 and MMP-9 activity by hydrofiber-foam hybrid dressing – relevant support in the treatment of chronic wounds. Central European Journal of Immunology 2015; 40(3)
- 13- *Consenso Internacional. Uso adecuado de los apósitos de plata en las heridas. Consenso del grupo de trabajo de expertos.* London: Wounds International, 2012.

Item 02: (GEL, INCOLOR, HIDRO ATIVO E ABSORVENTE, VISCOSO E LEVEMENTE ADERENTE, É **COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA**, AÇÃO HIDRATANTE, AUXILIA NO DESBRIDAMENTO DE FERIDAS SECAS E NECRÓTICO-FIBRINA. **COMPOSTO AINDA COM NO MÍNIMO ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO**, CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E AÇÃO HEMOSTÁTICA. **PROPILENOGLICOL**, UMECTANTE E EMOLIENTE, CONSERVANTES, **TRIETANOLAMINA**, **CARBOMERO 940** E ÁGUA PURIFICADA. TAMPA FLIP-TOP. TUBO DE 85 GRAMAS).

EMPRESA	MARCA	REGISTRO	DESCRIPTIVO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO EDITAL
VENCEDORA MUNDIMED	CASEX	10222320008	alginato de cálcio e sódio, carboximetilcelulose de sódio, propilenoglicol e água deionizada. O produto é esterilizado por feixe de elétrons. NÃO POSSUI TRIETANOLAMINA , CARBOMERO 940. http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/Tecnovigilancia/ResultadoGGTPS.asp
CLASSIFICADA MAXMEDICAL	CURATEC	80246910008	alginato de cálcio e sódio, carboximetilcelulose de sódio, propilenoglicol e água deionizada. NÃO POSSUI TRIETANOLAMINA , CARBOMERO 940. NUMERO DE REGISTRO NÃO CONSTA NO SITE DA ANVISA

Na coluna “descritivo não atende ao solicitado no edital”, os compostos em negrito estão justificados abaixo:

“TRIETALONAMINA e CARBOMERO 940”

Sobre os componentes, a trietanolamina ajusta o pH para compatibilidade fisiológica, o que caracteriza a não alteração do microambiente da ferida, possibilitando o desprendimento de energia no leito apenas para o processo cicatricial e não para o “ajuste” à condição “normal” para a ocorrência do mesmo.

Assim, o pH é um aspecto importante no controle do microambiente da ferida crônica, pois verifica-se que as feridas agudas cicatrizam num meio ácido, como uma resposta fisiológica temporária, resultante de vários fatores: 1) produção de ácido láctico; 2) aumento da exigência de O₂ e diminuição da perfusão tissular, com aumento local de pCO₂. Esta acidose é fisiológica e beneficia o processo de cicatrização. O pH do leito das feridas crônicas encontra-se entre 7,15-8,9. **Todas aquelas que apresentam um pH mais alcalino apresentam períodos de cicatrização mais demorados.**

A ação das proteases está dependente do pH do meio, como a catepsina G, a plasmina elastase e as MMP-2 que são relevantes para a degradação da matriz provisória. Desta forma, a manutenção do pH é fundamental.

O Carbomero 940 também auxilia na absorção, item especial para a função dupla e versátil de um hidrogel que é doação de líquidos e também absorção de exsudato. Este componente, junto aos outros, proporciona equilíbrio ao manejo do exsudato, ponto fundamental na manutenção do meio ideal no microclima das feridas.

Referências

- 1- Jones EM, Cochrane CA, Percival SL. The Effect of pH on the Extracellular Matrix and Biofilms. Adv Wound Care (New Rochelle). 2015 Jul 1;4(7):431-439.
- 2- Slone W, Linton S, Okel T, Corum L, Thomas JG, Percival SL. The Effect of pH on the Antimicrobial Efficiency of Silver Alginate on Chronic Wound Isolates. J Am Col Certif Wound Spec. 2011 Jan 31;2(4):86-90. doi: 10.1016/j.jcws.2011.01.001. eCollection 2010.

4

Itens 03: (CURATIVO HIDROCOLOIDE DE BAIXO PERFIL, TRANSLÚCIDO, QUE **INDICA O MOMENTO IDEAL DA TROCA DO CURATIVO**, REVESTIDO COM UMA PELÍCULA LISA DE BAIXA FRICÇÃO. O CURATIVO É ESTÉRIL E COMPOSTO POR UMA CAMADA INTERNA COM NO MÍNIMO CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, POLIISOBUTILENO E POLÍMEROS ELASTOMÉRICOS ADICIONADOS À FÓRMULA PARA CONTROLE DE FORMAÇÃO DO GEL COM UMA CAMADA EXTERNA DE POLIURETANO QUE OFERECE UMA **BARREIRA BACTERIANA/VIRAL**).

EMPRESA	MARCA	REGISTRO	DESCRIPTIVO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO EDITAL
VENCEDORA MUNDIMED	CASEX	1022232014	O produto não possui marcador de troca do curativo e barreira bactericida / viral comprovado. (REF. H120) http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/REL/REL138210-1-166241.PDF
CLASSIFICADA MAXMEDICAL	CURATEC	80246910002	O produto não possui marcador de troca do curativo e barreira bactericida / viral comprovado http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/Tecnovigilancia/ResultadoGGTPS.asp
CLASSIFICADA CENELLAR	COLOPLAST	10430310018	Não possui barreira viral comprovada. http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/Tecnovigilancia/ResultadoGGTPS.asp

Na coluna “descritivo não atende ao solicitado no edital”, os compostos em negrito estão justificados abaixo:

Comprovação científica da barreira bacteriana e viral.

“INDICA O MOMENTO IDEAL DA TROCA DO CURATIVO”

Linhas demarcadoras em sua extensão auxiliam no reconhecimento do momento de troca. As referências bibliográficas voltadas ao tratamento de feridas descrevem o hidrocoloide como um curativo que mantém um microambiente úmido, facilitando a cicatrização. Portanto, borda sinalizadora de troca facilita a identificação desta troca, é intuitivo e não induz ao erro e

permite acelerar o processo cicatricial pelo período correto de troca e diminuir custos associados ao tratamento.

Referências:

- 1- Bishop SM, Walker M, Rogers AA, Chen WYJ. Moisture balance: optimising the wound-dressing interface. J Wound Care. 2003;12:125-128.

Item 04 (BANDAGEM FLEXÍVEL MEDINDO 10,2 X 9,14 / 10,16 X 9,14, ELÁSTICA DE GAZE BRANCA, POLIÉSTER E ALGODÃO, IMPREGNADO COM PASTA NÃO SOLIDIFICÁVEL, DE ÓXIDO DE ZINCO, ACÁCIA, GLICERINA E/OU VASELINA E ÓLEO DE RÍCINO. INDICADO PARA TRATAMENTO DE ÚLCERA VENOSA.), iremos demonstrar de forma técnica os motivos de querermos adquirir os produtos com exatamente estas especificações e o porquê:

EMPRESA	MARCA	REGISTRO	DESCRIPTIVO NÃO ATENDE O SOLICITADO NO EDITAL
VENCEDORA MUNDIMED	CASEX	10222320006	<p>Composição em desacordo com o solicitado no edital:</p> <p>impregnada com pasta de óxido de zinco, cetomacrogol, óleo de girassol, óleo de mamona, goma guar, goma xantana, óleo de castor, vitamina A, vitamina E e água.</p> <p>http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/Tecnovigilancia/ResultadoGGTPS.asp</p>
CLASSIFICADA MAXMEDICAL	CURATEC	80246910003	<p>Composição em desacordo com o solicitado.</p> <p>bandagem inelástica, impregnada com pasta a base de óxido de zinco, goma acácia, glicerol, óleo de rícino e água purificada."</p> <p>http://www.anvisa.gov.br/scriptsweb/Tecnovigilancia/ResultadoGGTPS.asp</p>

Na coluna “descritivo não atende ao solicitado no edital”, os compostos em negrito estão justificados abaixo:

“Glicerina e/ou vaselina”.

Ao adicionar glicerina aos componentes do produto, adiciona-se um composto que é altamente solúvel em água, diferente dos óleos, que são moléculas que têm glicerol, mas não são solúveis em água. A solubilidade garante distribuição e penetração na epiderme, criando barreira eficaz para a perda da água transepidérmica, possibilitando manutenção da hidratação da mesma, melhorando a condição do eczema. Ainda, atrai água, garantindo manutenção da hidratação por esta ação também. A combinação de porcentagens ideais de componentes solúveis e insolúveis em água garante uma capacidade de manutenção da hidratação, com redução da perda de água transepidérmica, ligação com os lipídeos, completando o cimento lipídico da epiderme e garantindo retirada com menor necessidade de fricção na pele do indivíduo tratado, bem como anulando a possibilidade de resquícios nesta pele sensível ou eczematosa, facilitando e acelerando, assim, o tratamento. Adicione-se a estas propriedades a capacidade de ser antisséptica, mantendo um meio livre de proliferação bacteriana (ponto importantíssimo em uma pele adjacente à ferida que já é bastante vulnerável e eczematosa). Portanto, ter glicerina livre na composição da pasta da bandagem potencializa a capacidade de manutenção da hidratação da pele e tem ações antissépticas.

“Elástica”.

As bandagens com muito curta elasticidade (conforme classificação), proporcionam uma **terapia que se ajusta aos contornos do membro, propiciando contenção efetiva ao longo do tempo de permanência (até 7 dias) e sem garroteamento e lesões adicionais devido à bandagem**. Junto à pasta, proporcionam uma condição favorável à redução do edema no tratamento da úlcera venosa, conforme solicitado.

Referências

- 1- Kirk-Othmer, E. T. Glycerol. In: American Society of Chemistry. Encyclopedia of chemical technology. 5. ed. New York: John Wiley, 2007.
- 2- Lymphoedema Framework. Best Practice for the Management of Lymphoedema. International Consensus. London: MEP Ltd, 2006.
- 3- Comprendiendo la Terapia Compresiva. Documento de Posicionamiento. London: MEP Ltd, 2003.
- 4- Harding K, et al. Simplifying venous leg ulcer management. Consensus recommendations. Wounds International 2015.

4

Desta forma, resta claro que já era notório no pregão que a concorrente apresentava divergências técnicas quanto ao produto a ser apresentado e o descritivo vinculado ao Edital.

É importante ressaltar que o memorial descritivo foi elaborado sem qualquer caráter restritivo, que visasse direcionar o processo a uma determinada marca, mas sim pensando no tratamento mais efetivo que proporcione um menor custo para a Administração e melhor qualidade de vida para os munícipes.

Foram considerados estudos técnicos, testes de uso e até mesmo consensos internacionais que respaldam o presente memorial descritivo e a importância de se adquirir produtos que o atendam integralmente.

Todos os componentes solicitados possuem justificativas técnicas, visando o tratamento mais efetivo. Portanto, devem ser desclassificadas.

DA JURISPRUDÊNCIA ACERCA DA DIVERGÊNCIA DOS ITENS AO DESCRITIVO EDITALÍCIO

Aliás, ilustríssimos, por violar à legalidade no que tange à vinculação do edital, devem os itens erroneamente classificados serem desclassificados por desatendimento às normas editalícias.

Nesse sentido inclusive, acerca da divergência editalícia já tem se decidido o Superior Tribunal de Justiça em casos análogos, na preservação da sua competência de interprete da legislação federal:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA. PRESENÇA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO. A CF/88, ao estabelecer os ditames que hão de reger a Administração Pública, direta ou indireta, e de qualquer dos poderes da União, Estados, DF e dos Municípios, estabelece que a mesma Administração há de obedecer, nos precisos termos do art. 37, de tal Carta, aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros. Na licitação, o julgamento das propostas deve pautar-se exclusivamente nos critérios objetivos definidos no edital, a menos que, devidamente impugnado, venha a ser refeito pela Administração. A Administração não pode descumprir as normas e exigências do edital (arts. 41 e 44- Lei nº 8.666/93). O apelante não usou no momento oportuno o direito de impugnar os termos do edital de licitação do certame no tocante aos itens 20.3 e 20.4, operando-se, portanto, a preclusão. Apelação improvida. (Grifos nossos)

DA DIVERGÊNCIA DE QUALIDADE DO PRODUTO

Os produtos cotados nos itens 01, 02, 03, 04 e 05 do edital em comento pelo concorrente já foram vetados por qualidade, sendo importante salientar que as exigências de quali-

dade não vêm apenas do neoliberalismo e das mudanças mundiais que estão ocorrendo. Decorrem também, do Estado Democrático Social que busca o bem da coletividade, pois, conforme Paulo Modesto (2006):

O Estado democrático de direito é executor e fomentador da prestação de serviços coletivos essenciais. É o Estado social que não pode descuidar de agir com eficiência, justificando os recursos que extrai da sociedade com resultados socialmente relevantes.

Neste sentido, um dos passos importantes deste processo de mudança é justamente a EC nº 19/98, que, dentre outras mudanças, acrescentou o princípio da eficiência dando nova redação ao art. 37 da Constituição da República (Brasil, 2007):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e **eficiência** (...) (Grifos nossos).

Embora somente recentemente este princípio tenha ganhado status de princípio constitucional, doutrinadores como Hely Lopes Meirelles (1996, p. 90-91) já citavam a eficiência como:

O que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos, para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

Completando este entendimento, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2002, p. 83) afirma que uma administração eficiente pressupõe qualidade, presteza e resultados positivos, constituindo, em termos de administração pública, um dever de mostrar rendimento funcional, perfeição e rapidez dos interesses coletivos.

E ainda, ressalta autora que o princípio da eficiência “apresenta dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação de agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.”

Nesse sentido, a Administração Pública, diferentemente da iniciativa privada, tem o dever de zelar pela escolha da melhor proposta, pois tem o compromisso de administrar bem o dinheiro público.

As licitações públicas representam um procedimento mais complexo e rigoroso, principalmente por que está em jogo o interesse de toda a coletividade, e não apenas as partes, como ocorre na iniciativa privada.

Desta forma, diante de tal princípio, o que a sociedade espera do Estado é uma maior qualidade e eficiência dos serviços públicos a fim de tornar a convivência entre a administração pública e administrados harmoniosa e satisfatória, destarte, de que a finalidade precípua do Estado é a satisfação do bem comum.

DO EFEITO SUSPENSIVO DO RECURSO

Diante da disposição legal acerca do tema, é necessário que vossa senhoria conceda ao presente recurso o efeito suspensivo consignado pelo §2º do art. 109 da lei de licitações, suspendendo o certame até o seu julgamento final, inclusive com a colheita das contrarrazões em observância ao princípio constitucional do contraditório:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inhabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa; (...).

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, **REQUER** a Vossa Senhoria que, julgue procedente o recurso para que:

a) *Ab initio* diante do efeito suspensivo suspenda o certame até julgamento final do recurso com a colheita do contraditório inclusive; e

b) Anule/invalida os atos da sessão anterior posteriores à classificação da recorrida que não atende ao descritivo do Edital, classificando a recorrente como vitoriosa no que tange aos itens 01, 02, 03, 04 e 05, pois que ao contrário da empresa recorrida, seus itens ofertados preenchem plenamente os requisitos buscados pelo descritivo editalício; e,

- c) Anule/invalida o ato de classificação dos produtos da concorrente aos itens 01, 02, 03, 04 e 05; desclassificando-as nesses pontos ante o não atendimento ao descritivo dos referidos itens; e
- d) Finalize o procedimento licitatório com a elaboração do respectivo instrumental para fornecimento dos produtos ganhos pela recorrente, adjudicando o quanto antes devido à urgência do município.

DOS DEMAIS REQUERIMENTOS

Solicita-se, ademais, a título de segurança, seja procedida diligência investigatória junto ao setor técnico, em relação ao *quantum* argumentado, confrontando-se os critérios técnicos, conforme disposição legal do §3º do art. 43 da lei de licitações a seguir transcrita:

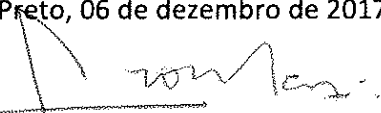
Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Requer ainda, seja dada ciência da decisão deste recurso, alternativa e/ou subsidiariamente, por meio de correspondência a ser postada para a sede da empresa; fac-símile (para o nº 17-2139-3090) com confirmação de recebimento; e-mail para o endereço eletrônico juridico@gruposocimica.com.br, ou por meio de publicação no diário oficial do estado, pugnando para que nesta última hipótese seja toda e qualquer publicação no diário oficial do Estado atinente aos presentes autos administrativos, vinculados ao nome da advogada **AMANDA BARROS SOARES DOS SANTOS, OAB/SP 392.815**, sob pena de nulidade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

São José do Rio Preto, 06 de dezembro de 2017.



SÓQUÍMICA LABORATÓRIOS LTDA.

Rosana R. O. Menti
REPRESENTANTE COMERCIAL
CPF. 137.299.588-96
RG. 15.296.521